

Iniciativa Grandes Obras na Amazônia – Aprendizados e Diretrizes
1º Fórum Integrador
Belém, 9 de agosto de 2016

**Roda Temática Direitos Humanos e Grupos Vulneráveis – Crianças,
Adolescentes e Mulheres**

**Facilitação: Assis de Oliveira (UFPA), Flávia Scabin (FGV
Direito) e Cristina Catunda (IFC)**

As discussões e proposições da roda temática foram motivadas pelos quatro temas estruturais que o grupo de trabalho vem discutindo: Avaliação de Impacto em Direitos Humanos (AIDH); aprimoramento dos equipamentos sociais; gestão empresarial para prevenção e controle dos impactos; e garantia e potencialização do protagonismo de crianças, adolescentes e mulheres nos espaços de decisão sobre os grandes empreendimentos na Amazônia.

Quanto à AIDH, a pergunta de orientação foi: como realizar uma **Avaliação de Impacto em Direitos Humanos** que seja capaz de orientar políticas públicas e ações empresariais garantindo a proteção de direitos de crianças, adolescentes e mulheres impactados por empreendimentos? Os participantes reforçaram a necessidade de sua **incorporação na avaliação de impacto ambiental**, contida no licenciamento ambiental dos grandes empreendimentos. Para que isso se viabilize, é preciso que os órgãos licenciadores possuam **estrutura institucional** para realizar a identificação e o monitoramento desses impactos, o que inclui também a atuação estratégica do Ministério Público Federal. Os planos intersetoriais, como o **Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes**, precisam ter incidência nos territórios afetados por grandes empreendimentos, especialmente como subsídios à AIDH.

Nesse ponto, também houve a proposição de que os dados das áreas de **educação e saúde** devem ser considerados na AIDH, especialmente no âmbito do licenciamento ambiental. Destacou-se ainda a importância de distinguir os impactos criados pela dinâmica de instalação dos grandes empreendimentos daqueles que são reforçados por

eles, de modo a precisar melhor as responsabilidades de cada agente envolvido – Estado e empresas.

Com vistas a uma percepção panorâmica dos impactos e dos sujeitos envolvidos, também se discutiu a necessidade de tratar a categoria “crianças, adolescentes e mulheres” como **parte da categoria família**, e que as relações de gênero também precisam englobar os aspectos ligados à diversidade sexual e aos grupos **LGBTT**, pois possuem formas de afetação específicas nos locais de implantação de grandes empreendimentos, especialmente quanto à exploração sexual.

Em relação ao **aprimoramento dos equipamentos sociais** de atendimento a crianças, adolescentes e mulheres, debateu-se a necessidade de pensar os **direitos humanos como elemento transversal** das agendas e políticas públicas nos territórios impactados por grandes empreendimentos. Fez-se uma correlação com a importância do investimento direcionado ao **planejamento familiar**, especialmente quanto às medidas de sensibilização da população e investimentos das **unidades básicas de saúde** dos territórios. São exemplos dessa atuação a prevenção de casos de aborto e de doenças com maior ocorrência em crianças, adolescentes e mulheres, que tendem a aumentar em locais de grandes empreendimentos. Da mesma forma, a escola foi mencionada como um canal de comunicação efetivo para informação sobre os direitos das crianças, a exemplo do Projeto “Bem Viver”, conduzido pelo Governo do Estado do Pará.

A **exploração sexual de crianças e adolescentes** foi foco de atenção, pois houve considerações sobre a invisibilidade dessas situações nos serviços de saúde, educação e assistência social, muitas vezes devido à baixa qualificação dos profissionais. Também se discutiu a importância do fortalecimento dos **conselhos de direitos e da rede de proteção**. Especialmente na região amazônica, há desafios logísticos, como as distâncias geográficas e as dificuldades de deslocamento, que devem ser levadas em consideração no planejamento dos investimentos de criação e continuidade dos serviços.

No âmbito da **gestão empresarial para prevenção e controle de impactos**, duas propostas se destacaram. A primeira trata da criação de um **setor específico dentro das empresas** com foco nos impactos em direitos humanos das comunidades do entorno do empreendimento. A segunda sugere um **fundo** que direcione recursos financeiros das empresas para apoio a políticas públicas e projetos sociais voltados a crianças, adolescentes e mulheres. Além disso, ressaltou-se que as empresas devem orientar equipes para atuação direta com os trabalhadores dos empreendimentos sobre o tema, e incorporar medidas de proteção para as funcionárias mulheres (ex. creche, sala de amamentação etc.), de modo a efetivar a **igualdade de condições de trabalho** com recorte de gênero.

Por fim, **sobre o protagonismo de crianças, adolescentes e mulheres e a participação social**, a proposta central foi a de uma comissão ou comitê intersetorial que reuniria Estado, empresas e sociedade civil, incluindo crianças, adolescentes e mulheres, para a **participação continuada** nas decisões que envolvem os grandes empreendimentos. Indicou-se, além do mais, a **importância da escola** como local estratégico do protagonismo social de crianças e adolescentes, não apenas para refletir sobre expectativas e prioridades por conta dos grandes empreendimentos, mas para o efetivo engajamento no planejamento das políticas públicas. O aprimoramento dos **canais de comunicação** entre empresa e população local, também foi outro foco de proposição, pois entende-se que o acesso a informação é condição prévia para a qualificação da participação.

Sobre a iniciativa

O Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (GVces) e a International Finance Corporation (IFC) partem da convicção de que é possível aprimorar a trajetória de instalação e operação grandes empreendimentos na Amazônia. Com base em um amplo diálogo, no qual já se engajaram mais de 90 organizações, de diversos setores, a iniciativa busca consolidar aprendizados e propor diretrizes orientadas pela promoção do desenvolvimento local.

O processo organiza-se em grupos de trabalho temáticos: Planejamento Territorial; Instrumentos Financeiros; Grupos Vulneráveis e Direitos Humanos (foco em Crianças, Adolescentes e Mulheres; e em Povos Indígenas, Comunidades Tradicionais e Quilombolas); Capacidades Institucionais; Ordenamento Territorial e Biodiversidade; e Supressão Vegetal Autorizada.

Os grupos vêm produzindo documentos com subsídios para as discussões e para a realização de oficinas temáticas. O acúmulo desses apontamentos é debatido em seminários específicos e fóruns, que devem resultar em um conjunto de orientações e ferramentas práticas. A contínua articulação institucional e promoção de diálogo almejam que todo o processo possa inspirar aprimoramento das práticas empresariais e das políticas públicas, bem como fortalecer o debate pela sociedade civil.